

Famílias não compravam material escolar

A contradição entre a filosofia do Bolsa Escola e a situação dos alunos em relação ao trabalho não foi o único motivo para a criação do programa Educação Máxima, afirmou a secretária de Educação do DF. As pesquisas apontaram problemas na utilização do dinheiro recebido pelas famílias em fins alheios à educação das crianças e o conseqüente fraco desempenho escolar dos estudantes inscritos no Bolsa Escola.

Segundo o levantamento da Universidade Católica de Brasília, 52% das famílias usam o

salário mínimo depositado pelo GDF para comprar alimentos, 28% para comprar roupas, 15% utilizam para adquirir eletrodomésticos e 10% aplicam na aquisição de móveis - 23% usam para fins diversos. Apenas 17,5% compram material escolar com parte do dinheiro da bolsa.

"Já que a grande maioria usa o dinheiro para outros fins que não o material escolar e uniforme, resolvemos doar esses dois itens, que são caros (ver quadro), e uma cesta de 28 quilos de alimentos para as famílias.

Hoje, muitos alunos vão para a escola de sandália havaiana e desagasalhados. Entre outros problemas, isso faz mal para a auto-estima da criança", afirmou Eurides Brito, ressaltando também a dificuldade de aprendizagem causada pela falta de material didático.

Na pesquisa da Fundação Cesgranrio, para a qual foram avaliados os desempenhos em Matemática e Português de 12 mil alunos bolsistas e não bolsistas, os beneficiados pelo programa foram apontados como piores alunos: a incidência de

bolsistas com nenhum acerto ou prova em branco (nos testes aplicados) foi 60% maior que dos não bolsistas em Português, e 50% em Matemática. "Não adianta manter a criança na escola se ela não está aprendendo. No programa Educação Máxima, além do critério da renda (meio salário mínimo per capita), só continuarão recebendo os benefícios os alunos com progressos sucessivos na aprendizagem. O professor e o coordenador estarão mais próximos da criança", garantiu a secretária. (R.L.)